

IDEOLOGIA E VISÃO DE MUNDO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

BRUNO BORJA^{1*}

INTRODUÇÃO

Está na crítica ao existente o núcleo motivador da criação teórica de Karl Marx. Assim estabelece sua relação tanto com a realidade social, quanto com a produção teórica que busca desvendar sua aparência e sua essência. Encara de frente esta questão nas diversas controvérsias que estabelece ao longo de sua vasta obra, tratando de executar uma superação dialética das principais correntes do pensamento ocidental. Segundo Lênin: a filosofia clássica alemã, o socialismo utópico francês e a economia política clássica inglesa.

O primeiro destes desafios é travado com a tradição idealista alemã, consolidada na obra de Friedrich Hegel, e com o materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach. Deste embate extrai o núcleo de seu método de pesquisa, ao juntar de forma original o pressuposto materialista e a lógica dialética, para apresentar uma filosofia que busca nas bases materiais o fundamento das superestruturas ideológicas formadas na sociedade. Tratando a produção do conhecimento como uma das partes do todo social, uma das partes da produção em geral, busca, então, estabelecer as conexões necessárias entre a realidade concreta e suas representações no plano das idéias.

O método proposto por Marx foi seguido por diversos autores da tradição marxista na análise da produção do conhecimento. Dentre eles, deu-se preferência, aqui, a autores que parecem ter seus trabalhos intimamente encadeados, embora, evidentemente, com nuances e elaborações próprias sobre o tema. György Lukács,

* ¹ Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA – IE/UFRJ) e doutorando do programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI – IE/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: borja.bruno@gmail.com

Lucien Goldmann e Michael Löwy dão, cada um a seu modo, contribuições relevantes para estabelecer um método coerente de análise da produção do conhecimento.

Assim sendo, na sequência deste trabalho será apresentada brevemente a forma como Marx parte *Em busca da totalidade perdida* para consolidar seu método de pesquisa. Em seguida vão-se incorporando palatinamente as formulações dos demais autores para qualificar *a autonomia relativa da produção do conhecimento*, assim como para tentar precisar a relação existente entre *ideologia e visão de mundo na ciência*.

I – EM BUSCA DA TOTALIDADE PERDIDA

No processo dialético de elaboração de seu método de pesquisa, Marx se debate, inicialmente, com os grandes expoentes da filosofia clássica alemã. Critica tanto o idealismo de Hegel, quanto o materialismo contemplativo de Feuerbach. Interessante notar como, num primeiro momento, se serve do materialismo de Feuerbach para criticar o idealismo de Hegel; e depois, num segundo momento, extrai da dialética e do conceito de trabalho como atividade humana sensível, contidos na obra de Hegel, o fundamento de sua crítica ao materialismo contemplativo de Feuerbach.² Deste processo faz sua síntese num método original que busca a totalidade como categoria fundamental de análise. (GOLDMANN, 1979; KONDER, 1987; RANIERI, 2004)

Goldmann (1979) defende que na dialética idealista de Hegel já estava contida a categoria da totalidade, porém Marx afirma que esta estava construída “de cabeça para baixo”. Não seria, portanto, o pensamento o ponto de partida e de chegada do processo dialético, coroado pelo Espírito absoluto consciente da realidade já efetivada. Ao contrário, partindo da realidade concreta, seriam feitas sucessivas abstrações por meio da análise, de forma a elaborar categorias cada vez mais simples e universais que permitissem uma reconstituição mental do todo. Porém não mais como uma

² “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva.” (MARX, [1845] 2009, p.119)

“representação caótica do todo”, e sim como “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas.”

“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Por isso Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.” (MARX, [1857] 1977, p.218-219)

Não só está contida a crítica ao pressuposto idealista de que a Idéia criaria o real, como implica também que a síntese do método dialético de Marx se daria novamente na própria realidade, isto é, como síntese entre ação e pensamento, onde o pensamento serviria de base para a ação transformadora sobre a realidade existente. Portanto, critica Hegel no caráter hermético de sua filosofia, que se bastaria a si mesma, na medida em que tem o próprio pensamento filosófico como objetivo final. (Cf. MARX, [1844] 2004; MARX e ENGELS [1846] 2009; GOLDMANN, 1979)

Temos aqui, então, dois momentos da crítica marxiana à dialética idealista de Hegel: o primeiro, em seu pressuposto e, o segundo, em sua síntese. Quanto ao pressuposto, Marx, influenciado por Feuerbach, toma partido do materialismo afirmando “[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’.” (MARX e ENGELS [1846] 2009, p.40) Isto é, tem no ponto de partida a produção da vida material, na forma em que ela se apresenta à sociedade de seu tempo.

No fundo, como produto desta controvérsia, Marx trata de unificar em seu método o pressuposto materialista de Feuerbach e a lógica dialética de Hegel. Ou, melhor dizendo, trata de executar uma superação dialética em relação à filosofia clássica alemã, alcançando uma síntese que ao mesmo tempo nega, conserva e eleva a outro patamar qualitativo seus elementos constitutivos. Procedimento que ele adotaria em relação às outras duas fontes de seu pensamento: o socialismo francês e a economia política inglesa. (LÊNIN, [1913] 2006)

O materialismo histórico, partindo da realidade concreta buscaria transformar esta mesma realidade. Assim, o primeiro passo consistiria em compreender o real aparente por meio de sucessivas abstrações em busca de sua essência última. Seguindo seu pressuposto materialista, isto só poderia ser feito tomando por base o modo como os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais de existência. O que o levou a concluir que “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, [1859] 1977, p.24).

A pergunta que ficava então era a seguinte: como determinada população produz suas condições materiais de existência? Marx avalia que se tomasse a população tal como ela se apresenta imediatamente, não poderia concluir nada de relevante sobre o todo caótico com que se depararia. Desta forma, busca nos estudos da economia política clássica inglesa as determinações mais relevantes até então elaboradas, principalmente na proposição de que se estabelece, dentre a população de um Estado nacional, uma divisão social do trabalho, da qual derivam, por sua participação no processo produtivo global, certas classes sociais, cujos interesses na apropriação do excedente econômico seriam antagônicos. Proposição originalmente lançada por Adam Smith ([1776] 1988) e, posteriormente, desenvolvida por David Ricardo ([1817] 1988).

Da base econômica – com seu modo específico de produção, sua divisão social do trabalho e suas classes sociais correspondentes – seria erguida a superestrutura em suas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (MARX, [1859] 1977). Partindo do desenvolvimento das forças produtivas materiais e das relações sociais de produção aí contraídas seria possível analisar com maior rigor analítico a forma constituída da superestrutura. E, claro, dialeticamente esta superestrutura não seria um mero resultado da base material, mas sim daria ela própria os contornos definitivos à base material, influenciando reciprocamente uma sobre a outra, onde o desenvolvimento histórico se apresentaria num processo contínuo de transformação.

“Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral, etc. etc. – e estudando a partir destas o seu nascimento; desse

modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras).” (Marx e Engels [1846] 2009, p.57-58)

II – A AUTONOMIA RELATIVA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Como destaca Lukács, o mais importante do método desenvolvido por Marx não é puramente a predominância do elemento econômico em sua análise, mas sim a busca da totalidade do processo de desenvolvimento histórico em suas múltiplas características.³ Seguindo o método, as diferentes partes da realidade social deveriam ser reconstituídas em suas relações, formando uma totalidade orgânica. Isto quer dizer que nenhuma das partes poderia ser compreendida por si só, mas somente se alcançaria uma compreensão mais acurada de determinada parte ao reintegrá-la ao todo, havendo uma prioridade lógica deste sobre a dinâmica interna de cada parte considerada isoladamente.

No caso específico da produção do conhecimento, esta deveria ser tomada como mais uma das partes da produção, seguindo as leis gerais que regem toda produção dentro da sociedade burguesa.⁴ Sendo produzida por seres humanos vivendo em coletividade, seres humanos reais participantes das relações sociais de seu tempo histórico, a ciência traria em seu interior a expressão destas relações. O que quer dizer que toda produção científica é histórica e socialmente determinada, condicionada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela sociedade em certo período histórico.

Chamando atenção para as bases materiais da superestrutura, Marx, e também Engels, não pretendia com isso estabelecer uma relação de causa e efeito – tão cara ao racionalismo cartesiano. O que estava em jogo era a historicidade da produção em geral, e, em particular, da produção científica: o fato de que toda construção teórica tem como

³ “Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo terminante o marxismo da ciência burguesa; é o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, a predominância universal e determinante do todo sobre as partes constitui a própria essência do método que Marx emprestou de Hegel e transformou de maneira a fazê-lo a fundamentação original de uma ciência inteiramente nova...” (LUKÁCS Apud GOLDMANN, 1979, p.49)

⁴ “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas particulares da produção e caem sob a sua lei geral.” (MARX, [1844] 2004, p.106)

ponto de partida de sua análise a realidade, e, além disso, somente se desenvolve dentro das possibilidades dadas por esta realidade objetiva.

“Marx e Engels jamais negaram a relativa autonomia do desenvolvimento dos campos particulares da atividade humana (direito, ciência, arte etc.); jamais ignoraram, por exemplo, o fato de que um pensamento filosófico, singularmente considerado, liga-se a outro pensamento filosófico que o precedeu e do qual ele é um desenvolvimento, uma correção, uma refutação etc. Marx e Engels negam apenas que seja possível compreender o desenvolvimento da ciência ou da arte com base exclusivamente, ou mesmo principalmente, em suas conexões imanentes. Tais conexões imanentes existem, sem dúvida, na realidade objetiva, mas só como momentos do tecido histórico, como momentos do conjunto do desenvolvimento histórico, no interior do qual, por meio do intrincado complexo de interações, o fato econômico (ou seja, o desenvolvimento das forças sociais produtivas) assume o papel principal.” (Lukács, 2009, p.88-89)

Sendo apenas um aspecto parcial da realidade social, a ciência não poderia ser isolada do todo. Deveria ser apreendida dentro do movimento geral da sociedade em seu desenvolvimento histórico, para se obter uma melhor compreensão de seu próprio movimento particular. Assim sendo, não se nega que a ciência – e também as demais modalidades de conhecimento, tal como a arte ou a religião – tenha sua dialética interna, mas simplesmente que esta não é de forma nenhuma independente das bases materiais.

Observa-se aqui que há, de fato, uma autonomia relativa pertinente à especificidade da produção do conhecimento. Esta teria suas características próprias, não sendo diretamente derivada da produção em geral. Aliás, o próprio Marx nos alerta que a produção *em geral* é um momento de abstração⁵, que precisa de categorias de mediação ao ser confrontado com a realidade concreta. Fica, então, uma margem para as determinações particulares a cada ramo específico de produção, preservando sua relativa autonomia⁶.

Esta autonomia, no entanto, nunca poderia ser absoluta – ou, no dizer positivista, não há a possibilidade de se alcançar a “neutralidade” da ciência, muitas vezes confundida com “objetividade”. O momento subjetivo é ineliminável da produção

⁵ “A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração racional, na medida em que, sublinhando e precisando os traços comuns, nos evita a repetição. No entanto, este caráter *geral* ou estes traços comuns, que a comparação permite estabelecer, formam por seu lado um conjunto muito complexo cujos elementos divergem para revestir diferentes determinações.” (MARX, [1957] 1977, p.203)

⁶ “[...] a ciência (como a pintura, ou toda atividade cultural) tem sua autonomia, no sentido etimológico grego da palavra (*autonomos*: sua própria lei), isto é, seus *princípios próprios de atividade*, sua disciplina constrangedora, sua lógica interna, sua especificidade enquanto *prática que visa descobrir a verdade*.” (LÖWY, 2009, p.250)

científica, em especial quando se trata de uma ciência humana ou social.⁷ Ao se deparar com a sociedade como objeto de estudo, o pesquisador simplesmente não pode se excluir dela para observá-la de fora. Ou seja, estará sempre, e impreterivelmente, imerso na realidade social que estuda.

Defende-se, portanto, que há uma identidade parcial entre sujeito e objeto no estudo das ciências humanas (cf. GOLDMANN, 1979; LÖWY, 2009). E é esta identidade parcial que explica o papel desempenhado pelas classes sociais, com seus interesses econômicos e valores culturais, com sua ideologia e com sua visão de mundo, na produção científica. Cabe ao historiador do pensamento ponderar estes elementos subjetivos em sua análise.

No entanto, segundo Goldmann (1979), esse não deve ser o ponto de partida, mas sim o momento de síntese na compreensão de uma obra científica. Pois ao ter um conjunto de textos, uma obra literária, como objeto imediato, empírico, de estudo, o historiador do pensamento deve primeiramente captar sua lógica interna, sua coerência própria, para somente depois então reintegrar seu conteúdo ao processo histórico globalmente considerado.

“A dependência dos grandes sistemas filosóficos e das grandes obras de arte à base econômica é, sem dúvida, uma realidade, mas, de um lado, ela nada tem de unilateral (Marx e Engels ressaltaram frequentemente também a influência inversa dos fatores ideológicos e espirituais sobre a economia) e, de outro, ela é extremamente complexa, indireta e encoberta e sobretudo nada tira da realidade própria da obra filosófica ou artística estudada. Além disso, longe de constituir o trabalho essencial do historiador marxista, o patenteamento dessa dependência é, ao contrário, o coroamento de seu esforço, coroamento que lhe permite reintegrar a história do pensamento – provisoriamente abstraída da vida social – na realidade concreta de uma sociedade e de uma época.” (GOLDMANN, 1979, p.48)

III – IDEOLOGIA E VISÃO DE MUNDO NA CIÊNCIA

Com os pés fincados na base material, a ciência – tanto quanto a arte, dentre as diversas formas de tomada de consciência do mundo exterior – se apresentaria como um reflexo da realidade, como uma busca em representá-la no plano ideal, isto é, no plano das idéias. De acordo com Lukács (2009), esta seria uma das teses mais importantes do materialismo histórico, indicando a tentativa humana em apreender o real efetivo que

⁷ Sobre a distinção entre as ciências humanas e as ciências da natureza, ver Löwy (2009).

existe independentemente de sua vontade, suas idéias, suas sensações, ou mesmo do conhecimento que os seres humanos venham a ter do mundo natural e social.

Evidentemente, esta “teoria do reflexo” não implica uma “cópia” imediata da realidade, nem exclui o papel ativo da subjetividade criadora (COUTINHO & NETTO, 2009). Logo, preserva-se o momento da mediação executada pelo sujeito que, ao mesmo tempo, *reflete o objeto e reflete sobre o objeto* de pesquisa. Para usar a metáfora do espelho, teríamos uma “imagem refletida”, porém, levando em conta o intermédio do espelho, que poderia ser plano, côncavo ou convexo, se observaria significativamente alterada tal “imagem refletida”.

A noção de *mimêsis*, imitação, representação, reflexo etc. da realidade já estava presente nos escritos estéticos de Aristóteles sobre a *Poética* – esta, por sua vez, entendida enquanto uma ação, o ato de criar, fazer, produzir (*poiêsis*, produção). O que indica, conseqüentemente, a necessidade do “poeta” (re)criar ou (re)produzir, ao seu modo particular, a realidade na esfera do pensamento. Para realizar esta mediação entre o sujeito singular que *reflete* e a intenção de universalidade contida na produção científica ou artística, Lukács lança mão da categoria da *particularidade*.

“A particularidade é, antes de mais nada, uma categoria objetiva do processo objetivo da realidade, do mesmo modo que o são a singularidade e a universalidade. Uma das conquistas mais importantes do marxismo consiste na descoberta de que o processo de abstração que produz a universalidade (por exemplo, o trabalho socialmente necessário em relação ao trabalho individual concreto) não é, em primeira instância, resultado de uma abstração intelectual, mas tão somente o reflexo, na consciência humana, do processo social objetivo. Este é apenas um dentre muitos casos. O homem, faça o que fizer, encontra sempre diante de si uma mesma e única realidade (com suas categorias etc.). Mas os nossos diversos modos de reagir à realidade nos induzem a interpretar e a agrupar as categorias em relação tendencial à natureza dos objetivos do reflexo.” (Lukács, 2009, p.33)

Dado que os indivíduos produzem em sociedade, e nunca isoladamente, a particularidade teria a função objetiva de mediar a ação individual em relação ao todo, tomando-a como parte de um grupo social com características específicas que gozassem de alguma unidade coerente. Partindo das bases materiais, esse grupo é determinado de acordo com sua participação dentro da produção social, ou seja, trata-se, claramente, das classes sociais. Como já observado, estas classes possuem interesses antagônicos na disputa pela apropriação do excedente econômico, o que fica expresso nas suas distintas concepções e interpretações do mundo. Nota-se aqui que o “reflexo” é substancialmente

modificado, ou induzido, pelos objetivos ocultos por trás do ato de refletir *a/sobre* a realidade.

A luta de classes manifesta-se também na produção do conhecimento. As classes proprietárias dos meios de produção, que se apropriam privadamente do excedente econômico produzido socialmente, detêm igualmente a propriedade sobre os meios de produção e difusão do conhecimento. Contariam, assim, com seus “representantes científicos de classe”⁸, incumbidos da função de teorizar e produzir o substrato ideológico de sua dominação.

Embora deva ser ressaltado que a ciência, enquanto ramo particular da produção em geral, goze de sua autonomia relativa, em última instância ela sempre espelhará os objetivos almejados por uma determinada classe social. Com isso, as classes dominantes têm a possibilidade de colocar seus objetivos particulares como objetivos universais, reproduzindo através de suas idéias a dominação social exercida sobre as classes não-proprietárias, desprovidas, inclusive, dos meios materiais para produzir e difundir suas próprias idéias sobre o mundo.

“As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as idéias do seu domínio.” (Marx e Engels [1846] 2009, p.67)

Isso nos leva, inevitavelmente, para o debate em torno da ideologia. Segundo Löwy (2009), o conceito de ideologia foi se modificando ao longo do tempo nas obras de Marx. Primeiramente, na *Ideologia Alemã* (texto não publicado, escrito originalmente em 1846, junto com Engels), Marx qualifica a ideologia de *falsa consciência*, inculcada pelas classes dominantes sobre as demais classes sociais de forma a garantir a manutenção do *status quo* social. Como na passagem acima citada, expressariam “as idéias do seu domínio”.

⁸ “Realmente, o conceito de *representação científica de classe* ocupa um lugar crucial na crítica marxista da economia política. Na *Miséria da filosofia*, Marx já escrevera que ‘os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa’ – fórmula que sugere claramente que para ele ciência e representação de um ponto de vista de classe não são mutuamente exclusivos.” (LÖWY, 2009, p.115)

Esta interpretação reveste a ideologia de um caráter de dominação social, colocando em questão a necessidade das classes conscientes de si e organizadas para si produzirem sua própria ideologia, no intuito de defenderem seu ponto de vista de classe na batalha das idéias⁹. Nesta linha, também as classes revolucionárias deveriam produzir sua ideologia, confrontando-se diretamente com a atual classe dominante, e tentando fazer do seu interesse particular o interesse geral da sociedade.¹⁰

Tal concepção inicial sobre a ideologia salienta seu caráter instrumental de dominação. Porém, há uma inflexão no pensamento de Marx a respeito do tema. Já no famoso prefácio contido na *Contribuição à crítica da economia política* (escrito em 1859), chama atenção a significativa ampliação que Marx dá ao conceito quando afirma:

“A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas, pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências.” (MARX, [1859] 1977, p.25)

Assim, observa-se uma parcial identificação da ideologia ao momento superestrutural, mas sempre destacando, em última instância, seu fundamento classista. Dado o conflito de classes pela apropriação do excedente no plano da produção material, as formas ideológicas trariam em si a expressão deste conflito. No entanto, não só como *falsa consciência*, dominação explícita de uma classe sobre as outras; mas, além disso, como o meio pelo qual as classes dependentes ou subalternas tomam

⁹ “Para Marx, a ideologia é uma forma de *falsa consciência*, correspondendo a interesses de classe: mais precisamente, ela designa o conjunto das idéias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas etc. Ora, para muitos marxistas do século XX, a começar por Lênin, a ideologia designa o *conjunto* das concepções de mundo ligadas às classes sociais, *incluindo o marxismo*. É com essa significação que o termo entrou na língua corrente dos militantes marxistas (‘luta ideológica’, ‘ideologia revolucionária’, ‘formação ideológica’ etc.)” (LÖWY, 2009, p.12-13)

¹⁰ “[...] cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. A classe revolucionária, já que tem pela frente uma *classe*, surge desde o princípio não como classe, mas como representante de toda a sociedade, ela aparece como a massa inteira da sociedade face à única, dominante, classe.” (MARX e ENGELS, [1846] 2009, p.69)

consciência de si, de seu posicionamento dentro da sociedade, seja no processo produtivo, seja na estrutura de poder.

Dada esta mudança conceitual observada na obra de Marx, e os inúmeros debates que se seguiram, tanto Lucien Goldmann quanto Michael Löwy, optam por abandonar parcialmente o conceito de ideologia e substituí-lo por *visão de mundo*. A intenção parece ser retirar ao conceito seu caráter de dominação, para, então, aplicá-lo à história da ciência e da arte, considerando unicamente seu conteúdo de classe – pode-se dizer que operam uma superação dialética, com negação, conservação e elevação a outro patamar qualitativo.

Goldmann recorre ao arcabouço teórico da psicologia para desqualificar a utilização do conceito de ideologia em análises da produção do conhecimento. Apresenta o que seria um *refluxo* nos termos da psicologia, “uma modificação da consciência fazendo crer ao indivíduo coisas menos desagradáveis do que as que ele teria de admitir se o movesse *exclusivamente* a preocupação do conhecimento verdadeiro.” (GOLDMANN, 1979, p.40) Apresenta, portanto, a ideologia como uma espécie de deformação inconsciente do pensamento.

“O fenômeno que, no plano social, corresponde ao refluxo é a ideologia; consiste no fato de terem os homens, absolutamente de boa fé, tendência a deformar seus pensamentos e suas ações no sentido de fazê-los corresponder aos interesses do grupo social a que pertencem.” (GOLDMANN, 1979, p.40-41)

Já Löwy, utiliza-se da obra de Karl Mannheim para diferenciar ideologia e utopia: a primeira abarcaria os sistemas de representação, ou a forma de pensamento, orientados no sentido da conservação e reprodução da ordem social estabelecida; enquanto o segundo expressaria as representações que aspiram a um estado não existente das relações sociais, no sentido de ruptura da ordem social vigente. Esta diferenciação acentuaria o caráter conservador do conceito de ideologia (tal como apresentado por Marx num primeiro momento), e o caráter subversivo ou revolucionário do conceito de utopia. No entanto, em ambos estaria implícita a *falsa consciência*, o que é rechaçado por Löwy:

“Quanto ao conceito de ‘falsa consciência’, este nos parece inadequado porque as ideologias e as utopias contêm, não apenas orientações cognitivas, mas também um conjunto articulado de valores culturais, éticos e estéticos que não substituem categorias do falso e verdadeiro.”

“Parece-nos que o melhor conceito para designar o que Mannheim chama de ‘a ideologia total’, quer dizer, a perspectiva de conjunto, a estrutura categorial, o estilo de pensamento socialmente condicionado – que pode ser ideológico ou utópico –, é o de visão social de mundo.” (LÖWY, 2009, p.15)

Seguindo a indicação já esboçada em Goldmann (1979)¹¹, Löwy acrescenta o termo social à visão de mundo, destacando que não se trata de uma questão individual, determinada de forma singular. Ao contrário, seria somente no plano social, levando em conta as relações sociais contraídas no âmbito da produção da vida material, que se poderia distinguir claramente uma visão de mundo de outra, especialmente no confronto entre visões de mundo antagônicas.

Segundo o autor, o conceito de *visão social de mundo* não conteria em si nenhum juízo de valor sobre a condição “falsa” ou “verdadeira” de determinada tomada de consciência da realidade, e também evitaria qualquer indicação quanto à sua postura conservadora ou revolucionária. Simplesmente demarcaria um conjunto orgânico e coerente de valores e representações, unificados internamente por um ponto de vista socialmente condicionado.

“Acrescentando o termo social – visão social de mundo –, queremos insistir em dois aspectos: a) trata-se da visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais); b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais (Standortgebundenheit) – o termo é de Mannheim –, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais.” (LÖWY, 2009, p.16)

No trato da produção do conhecimento, admite-se que o pesquisador “observa” o mundo social de um determinado *ponto de vista de classe*, ao qual estão ligadas algumas possíveis *visões de mundo*. Isto alteraria significativamente seu “olhar” sobre a sociedade, condicionado por sua posição no processo de produção material e sua correspondente posição na estrutura de poder. Porém, não levado em conta como um indivíduo singular em suas relações pessoais, mas enquanto pertencente a um grupo social, uma classe social específica em sua particularidade.

Goldmann e Löwy argumentam que esta visão de mundo classista delimitaria as possibilidades objetivas do conhecimento dos diferentes pesquisadores filiados às

¹¹ “Para o materialismo histórico, o elemento essencial no estudo da criação literária reside no fato de que a literatura e a filosofia são, em planos diferentes, *expressões de uma visão do mundo e que as visões do mundo não são fatos individuais, mas sim fatos sociais.*” (GOLDMANN, 1979, p.73)

diferentes classes. Apresenta-se o que seria a *consciência possível*¹², o *limite da razão*, o *horizonte intelectual*¹³ das classes sociais, definindo a problemática levantada pelas pesquisas e a extensão máxima até onde poderia ir uma reflexão sobre a (ou reflexo da) sociedade assentada nestas bases sociais.

Ambos os autores defendem, conclusivamente, que, de forma geral, as classes revolucionárias estão em condições objetivas de alcançar um maior conhecimento da realidade social, dado que não possuem razões para operar uma mistificação das relações sociais presentes, ao contrário das classes dominantes, que sempre trariam em si o elemento de dominação. E mais do que isso, concluem que somente o proletariado, na medida em que propõe a eliminação das classes sociais por meio do fim da propriedade privada e da divisão social do trabalho, poderia alcançar o patamar mais elevado do conhecimento, já que se coloca na situação de *última classe revolucionária*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma longa controvérsia dentro da tradição marxista sobre o conceito de ideologia e sua implicação na produção científica. Foram abordadas neste trabalho as contribuições originais de Marx e Engels, especialmente tomando como referência as obras *A ideologia alemã* e *Contribuição à crítica da economia política*, onde observa-se uma inflexão no pensamento de Marx. Primeiramente, o conceito de ideologia é formulado como um recurso da dominação de classes na sociedade, destinado a expressar e reproduzir no plano ideal as próprias idéias deste domínio. Posteriormente, o conceito é substancialmente modificado, abarcando todo o momento superestrutural, porém ainda mantendo o caráter de representação e tomada de consciência do conflito básico entre as classes sociais na disputa pelo excedente econômico e pelo poder político.

¹² “De acordo com Goldmann, as *consciências possíveis* das diferentes classes sociais não se situam sobre o mesmo plano: *algumas permitem uma maior compreensão da realidade do que outras*.” (LÖWY, 2009, p.164)

¹³ “O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa forma de pensar, uma certa *problemática*, um certo *horizonte intelectual* (‘limites da razão’).” (LÖWY, 2009, p.115)

No que diz respeito à produção científica, Marx chega a delinear a expressão *representantes científicos de classe*, para salientar a inevitável ligação entre a ciência e a origem social dos pesquisadores. Isto é, tomando como ponto de partida o pressuposto materialista, afirma-se que a produção do conhecimento é somente uma das partes da produção em geral, e, portanto, deve ser submetida ao processo de desenvolvimento histórico do todo social. Embora goze de uma autonomia relativa, com sua dialética interna específica, a produção do conhecimento só poderia ser compreendida em sua totalidade ao se reintegrar à história social, levando em conta o grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado, as relações sociais vigentes e a disputa política pelos espaços de poder.

Diversos autores seguiram este percurso metodológico na tradição marxista. Aqui foi abordada uma linha que se desenvolve nos trabalhos de Lukács, Goldman e Löwy, e que reafirma a ligação ineliminável entre a produção do conhecimento e as bases materiais. Alguns avanços foram feitos no sentido de precisar esta ligação, onde se destaca a particularidade como um momento de mediação entre o sujeito singular que efetivamente produz e a intenção de universalidade contida na produção científica.

Também se destaca a superação operada por estes autores em relação ao conceito de ideologia aplicado à análise da ciência, optando-se pelo abandono parcial do conceito em benefício da noção de visão de mundo. Esta evitaria uma qualificação quanto à condição falsa ou verdadeira das distintas tomadas de consciência do mundo social, assim como seu caráter de dominação sobre as demais classes, afirmando unicamente que todo conhecimento tem como ponto de partida uma perspectiva particular da realidade.

Pode-se concluir, então, pela inevitável ligação da produção do conhecimento com as disputas latentes entre as classes sociais. Todo conhecimento teria suas raízes cravadas na base material, expressando pelas idéias a tomada de consciência destes conflitos num determinado período e em determinado local. Isto é, toda produção do conhecimento, assim como toda produção em geral, seria histórica e socialmente determinada, e jamais poderia ser concebida, ou mesmo compreendida, unicamente no plano abstrato, pairando no ar, absolutamente independente da realidade material concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. In: ARISTÓTELES. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- COUTINHO, C. N. & NETTO, J. P. **Apresentação**. In: LUKÁCS, G. *Arte e Sociedade. Escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GOLDMAN, L. (1956) **Dialética e Cultura**. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LENIN, V. I. (1913) **As três fontes e as três partes constituintes do Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LÖWY, M. (1975) **Método dialético e teoria política**. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento**. – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- LUKÁCS, G. *Arte e Sociedade. Escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- KONDER, L. **O que é Dialética**. – 17ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARX, K. (1844), **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. (1845) **Teses sobre Feuerbach**. In: *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. (1859) **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. (1867) **O Capital. Crítica da economia política**. L.1, V.1 – 20ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1846) **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. (1848) **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- NETTO, J. P. **Introdução ao método em teoria social**. Mimeo. S/D.
- RICARDO, D. (1817) **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- RANIERI, J. **Apresentação**. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- SAMPAIO, B. A. & FREDERICO, C. (2006) **Dialética e materialismo. Marx entre Hegel e Feuerbach**. – 2 Ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- SMITH, A. (1776) **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.